

COLECÇÃO AUTORES GREGOS E LATINOS  
SÉRIE ENSAIOS

Nair Castro Soares  
Margarida Miranda  
Carlota Miranda Urbano  
(Coord.)

*HOMO ELOQVENS HOMO POLITICVS*

A RETÓRICA E A CONSTRUÇÃO DA  
CIDADE NA IDADE MÉDIA  
E NO RENASCIMENTO



NAIR CASTRO SOARES

Universidade de Coimbra

MARGARIDA MIRANDA

Universidade de Coimbra

CARLOTA MIRANDA URBANO

Universidade de Coimbra

(Coord.)

Homo eloquens homo politicus

*A retórica e a construção da cidade  
na Idade Média e no Renascimento*



Todos os volumes desta série são sujeitos a arbitragem científica independente.

COORDENAÇÃO: NAIR CASTRO SOARES, MARGARIDA MIRANDA, CARLOTA MIRANDA URBANO  
TÍTULO: *HOMO ELOQVENS HOMO POLITICVS*. A RETÓRICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE  
NA IDADE MÉDIA E NO RENASCIMENTO

EDITOR: CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS  
EDIÇÃO: 1ª/2011

COORDENADOR CIENTÍFICO DO PLANO DE EDIÇÃO: MARIA DO CÉU FIALHO  
CONSELHO EDITORIAL: JOSÉ RIBEIRO FERREIRA, MARIA DE FÁTIMA SILVA,  
FRANCISCO DE OLIVEIRA, NAIR CASTRO SOARES  
DIRECTOR TÉCNICO DA COLEÇÃO: DELFIM F. LEÃO  
CONCEPÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO: RODOLFO LOPES, NELSON HENRIQUE

OBRA REALIZADA NO ÂMBITO DAS ACTIVIDADES DA UI&D  
CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS

UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE LETRAS  
TEL.: 239 859 981 | FAX: 239 836 733  
3000-530 COIMBRA

ISBN: 978-989-8281-97-5  
ISBN DIGITAL: 978-989-8281-98-2  
DEPÓSITO LEGAL: 334521/11

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA  
POCI/2010

© CLASSICA DIGITALIA VNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS (<http://classica.digitalia.uc.pt>)

© CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Reservados todos os direitos. Nos termos legais fica expressamente proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio, em papel ou em edição electrónica, sem autorização expressa dos titulares dos direitos. É desde já excepcionada a utilização em circuitos académicos fechados para apoio a leccionação ou extensão cultural por via de *e-learning*.

**Obra protegida por direitos de autor**

# ÍNDICE

<i>CARPENT TVA POMA NEPOTES</i>	9
PÓRTICO	15
RENASCIMENTOS DA ARTE RETÓRICA E GLOBALIZAÇÃO Belmiro Fernandes Pereira (Universidade do Porto)	17
DISCURSOS DISTINTOS PARA CONCEPÇÕES DIFERENTES DA FÉ CRISTÃ António Manuel Ribeiro Rebelo (Universidade de Coimbra)	43
PROYECCIÓN POLÍTICA Y PEDAGÓGICA DEL PRÓLOGO A LA <i>RETHÓRICA</i> DE CICERÓN DEDICADO POR ALFONSO DE CARTAGENA AL INFANTE D. DUARTE Tomás González Rolán (Universidad Complutense de Madrid)	65
ANEXO I - <i>MANUSCRITO DE EL ESCORIAL, SIGNATURA: T. II. 12</i>	80
RETÓRICA E <i>RES PUBLICA</i> NO RENASCIMENTO. DA ELOQUÊNCIA NASCEU A CIDADE Maria Margarida Lopes de Miranda (Universidade de Coimbra)	93
A HISTÓRIA <i>OPVS ORATORIVM</i> E “ESPERTADOR DO ENTENDIMENTO” Nair Castro Soares (Universidade de Coimbra)	117
NA CORRESPONDÊNCIA DE ERASMO: O HUMANISTA, AS LETRAS E A CIDADE Jorge Alves Osório (Universidade do Porto)	153
ANDRÉ DE RESENDE E A RELATINIZAÇÃO ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA Sebastião Tavares de Pinho (Universidade de Coimbra)	183
ANEXO II - ( <i>PRIMEIRA PÁGINA DA FALA DE ANDRÉ DE RESENDE À PRINCESA D. JOANA</i> )	214
ANDRÉ DE RESENDE E JERÓNIMO DE AZAMBUJA: DA INTERPRETAÇÃO DOS TEXTOS MOSAICOS Virgínia Soares Pereira (Universidade do Minho)	217
ANEXO III - ( <i>CARTA DE ANDRÉ DE RESENDE AO CARDEAL D. HENRIQUE</i> )	235

POESIA, HAGIOGRAFIA E POLÍTICA ANTES DA RESTAURAÇÃO DE 1640	247
Carlota Maria Lopes de Miranda Urbano (Universidade de Coimbra)	
DO HUMANISTA COMO FASCÍNIO AO FASCÍNIO DO HUMANISTA	273
Carlos Ascenso André (Universidade de Coimbra)	
ÍNDICE DE NOMES	293

*A Américo da Costa Ramalho*  
*Magistro dilectissimo*

## CARPENT TVA POMA NEPOTES

Em 1945 sai a lume o *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, relativos à Antiguidade Clássica*.

Segundo declara o Prof. Costa Ramalho, foi a leitura directa dos manuscritos, por ele sumariados nesta obra, que despertou o seu interesse pelo Latim Renascentista. Era então aluno da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Já antes, contudo, numa aula da disciplina de História dos Descobrimentos, regida pelo grande historiador Damião Peres, teve a feliz oportunidade de lhe ser dado observar o documento latino em que se apoiava a fixação do momento da morte de Diogo Cão. A correcta tradução do discípulo, que punha em causa este marco histórico, foi aceite pelo eminente professor, que numa lição admirável de sabedoria e exemplo, facultou ao então aluno do 2º ano de Filologia Clássica, Américo da Costa Ramalho, a possibilidade de publicar o resultado da sua arguta observação, no número 2 da *Revista Portuguesa de História* (Coimbra, 1943). Foi este o seu primeiro trabalho de Latim Renascentista.

A atenção criteriosa ao facto histórico, veiculado pelos textos latinos, a par da correcção de erros decorrentes de traduções que distorcem o sentido desses

mesmos textos – que tantas vezes se repetem em estudos de conceituados autores - , tornou-se dominante em todo o percurso da investigação do Prof. Costa Ramalho.

O seu conhecimento do Latim e do Latim Renascentista, na sua especificidade, revelado na profícua investigação individual, foi cedo posto ao serviço dos discípulos que desde 1952 orientou em teses de licenciatura, mestrado e doutoramento. Numerosos são os trabalhos que saíram dos seus seminários – a já designada “Escola de Latim de Coimbra” – que mereceram ser publicados nas últimas décadas.

No 8º Congresso Brasileiro de Língua e Literatura (Rio de Janeiro, Julho de 1976) Américo da Costa Ramalho explicava assim os seus interesses científicos e pedagógicos:

“Naturalmente, depois do Latim Medieval e do Latim Cristão, era de esperar que chegasse a vez do Latim Renascentista para objecto de estudo [...] Resolvemos em Coimbra concentrar a nossa atenção sobre a Literatura e Cultura Portuguesas, expressas em latim. O primeiro requisito indispensável é um bom domínio do latim clássico e uma boa cultura greco-latina. O conhecimento do grego, naturalmente, ajuda.

Quando as nossas dissertações de licenciatura dactilografadas começaram a aparecer nas bibliotecas Central da Faculdade e do Instituto de Estudos Clássicos, verificamos que quem mais as procurava eram estudiosos de Cultura Portuguesa, desprovidos hoje de um conveniente conhecimento do latim.

Quanto a nós, porém, aquilo que mais satisfação nos dá é ver o entusiasmo que os estudantes põem em ler e



interpretar textos que são realmente desconhecidos e para os quais não há a muleta das traduções em línguas modernas, como para os clássicos greco-latinos. E o sentirem que o seu trabalho é útil e traz sempre alguma novidade ao estudo da Cultura Portuguesa, além do progresso que lhes proporciona no conhecimento do latim literário.”

A estes trabalhos se devem em grande parte o conhecimento deste período da cultura europeia e o envolvimento cultural português nas grandes correntes de pensamento e nos ideais estéticos que marcaram e definiram as coordenadas do movimento Humanista.

Absorvido pela aventura ultramarina, o Portugal de quinhentos franqueia as portas ao Humanismo vindo de Itália, não mais tarde que a Espanha ou a França. E não raro, os nossos humanistas ombrearam com os grandes vultos das letras europeias, como é o caso de André de Resende, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório. Ou se impuseram além fronteiras, quer no exílio, judeus errantes, como Diogo Pires, ou ao serviço da cúria romana como Aquiles Estaço e D. Miguel da Silva, o dedicatário de *Il Cortegiano* de Baldassare Castiglione, que vem a lume em 1528.

*Honor alit artes*, afirma Cícero nas *Tusculanas*. Assim o considera também o *homo faber* do nosso Renascimento que transforma a antinomia arma/toga em binómio harmonioso de pensamento e acção, em ideal de plena realização humana. Soldados e homens de letras, de que Camões é paradigma admirável, impõem ao humanismo português um cunho verdadeiramente lusíada.

As obras que o Prof. Costa Ramalho dedicou a este século de ouro da nossa história, em que o saber e as letras são muitas vezes postos ao serviço da grandeza pátria, são disso prova. Refiram-se os livros *Estudos sobre a Época do Renascimento*, *Estudos sobre o século XVI*, *Estudos Camonianos*, *Camões, o seu tempo e o nosso*, *Latim Renascentista*, os quatro volumes *Para a História do Humanismo em Portugal* e as *Epístolas* de Cataldo, em dois tomos. Sem esquecer ainda a tradução comentada do *Dialogus* do Jesuíta Duarte de Sande sobre a Embaixada de quatro príncipes japoneses à Europa, em 1585, documento muito curioso da vida académica, social e política do século XVI. Esta obra mereceu o prémio de História Calouste Gulbenkian, “Presença de Portugal no mundo”.

O conhecimento profundo que tem da época do Renascimento, dos seus horizontes culturais, das fontes clássicas predilectas dos diferentes autores, veiculadas através do ensino, do magistério docente e das múltiplas edições que os prelos europeus divulgam, permite ao Prof. Costa Ramalho apontar intertextualidades, reminiscências, alusões literárias, *loci communes*.

E surgem assim semeadas ao longo dos seus diversos estudos, referências que denunciam a recepção dos clássicos e a forma original como são assimilados e transfigurados numa nova entidade discursiva, de acordo com os padrões estéticos e as correntes de sensibilidade da época. É que nem só os escritores quinhentistas em latim ocuparam os interesses do Mestre, mas também a produção literária em vernáculo, desde Gil Vicente e

Camões aos *recentiores* como Garrett, Camilo, Fernando Pessoa, manifestando-se na diversidade temática e na perenidade dos motivos clássicos um verdadeiro elo de ligação e de unidade entre todos os estudos.

Saudemos, pois, o Mestre e a sua obra, que se impõe pelo rigor da análise, pela oportunidade dos seus *themata*, pelo seu valor para a história da cultura e da literatura em Portugal, de que ainda os vindouros hão-de colher os frutos, na expressão virgiliana: *Carpent tua poma nepotes*.

Nair Castro Soares

Margarida Miranda

Carlota Miranda Urbano

## PÓRTICO

### *Homo eloquens homo politicus*

### **A retórica e a construção da cidade na Idade Média e no Renascimento**

O desenvolvimento das cidades nos séculos XII e XIII traz consigo o aparecimento dos intelectuais. À renovação das cidades veio acrescentar-se portanto uma outra renovação – a renovação cultural, cujos protagonistas são professores, sábios, escritores, homens cuja profissão é essencialmente ler, escrever ou ensinar. Esses intelectuais, só é possível encontrá-los, diz Jacques Le Goff, com as cidades!

Com o advento do Humanismo, porém, uma nova cultura é inaugurada, em que o *homo sapiens* se torna indissociável do *homo eloquens* e do *homo politicus*. Ideologia subjacente a todos os tratados humanísticos de pedagogia é o reconhecimento de sólidos laços entre eloquência e vida política, assim como a importância do novo *curriculum* emergente (os *studia humanitatis*) para o desenvolvimento da cultura, para a formação do carácter e a preparação para a vida cívica.

Efectivamente, à Cidade e à constituição dos laços sociais estão directamente associados os *studia humanitatis*, que resultam de uma cultura da

PROYECCIÓN POLÍTICA Y PEDAGÓGICA DEL  
PRÓLOGO A LA *RETHÓRICA* DE CICERÓN  
DEDICADO POR ALFONSO DE CARTAGENA AL  
INFANTE D. DUARTE

Tomás González Rolán

Es bien sabido que después del triunfo de Portugal sobre Castilla en la batalla de Aljubarrota (15- VIII-1385) se respiró un clima de tensión, enfrentamiento y desencuentro entre los dos reinos, sólo en parte mitigado por las treguas generales de 1402 y por la frágil paz de 1411, primer fundamento, según L. Suárez Fernández<sup>1</sup> de la amistad hispano-portuguesa.

Un paso decisivo en esta dirección fue dado por Juan II al enviar, en 1421, una embajada a Portugal para responder a las que el monarca luso João I había mandado a Castilla en 1418 y 1419. La embajada castellana la componían un prestigioso letrado y jurista, el deán de Santiago Alfonso de Cartagena, futuro obispo de Burgos, y como secretario un noble llamado Juan Alfonso de Zamora, y su misión fundamental era la de entablar la discusión que propiciase la renovación y ratificación de la paz de 1411.

Las negociaciones no fueron fáciles, debido, por un lado, a las exigencias del monarca luso; y por otro, a la firmeza de los representantes castellanos, por lo que duraron mucho tiempo y obligaron a éstos últimos a permanecer en el país vecino en esta primera legación durante un año (diciembre de 1421- diciembre de 1422), y retornados a Castilla para que la tregua fuese firmada por Juan II, regresaron de nuevo después de

---

<sup>1</sup> Fernández, L. Suárez 1960: 37.

Semana Santa de 1423 con el fin de que el acuerdo de paz fuese ratificado por el monarca portugués; volvieron de nuevo en 1424 permaneciendo en Portugal hasta 1425, y finalmente estuvieron en la Corte portuguesa en una cuarta legación entre 1426 y 1427.

La misión política llevada a cabo por Alfonso de Cartagena supuso un rotundo éxito, y en este sentido puede considerarse como un hito en la historia de los encuentros y acercamientos entre Portugal y Castilla en el siglo XV, pues no sólo logró que se firmase la tregua de paz de 1423 sino que propició la paz definitiva, firmada el 30 de octubre de 1431.

A su labor y logros como embajador en la Corte portuguesa se refiere Fernando del Pulgar<sup>2</sup> en su obra *Claros varones de Castilla* en los siguientes términos: “fue enbaxador al rey de Portugal por mandado del rey don Juan e, con fuerça de sus razones, escusó la guerra e concluyó la paz que por entonces ovo entre estos dos reinos”.

Ahora bien, la ocupación política en defensa de los intereses del reino de Castilla y al servicio de la paz, la completó al establecer una estrecha y fructífera relación cultural no sólo con los miembros de la casa real, sino también con algunos escogidos intelectuales portugueses.

De sus conversaciones con Don Duarte, entonces heredero al trono lusitano, sobre la educación moral del hombre y la formación política de los gobernantes surgieron dos obras realizadas por Alfonso de Cartagena y dedicadas a este príncipe, una de las figuras cimeras,

---

<sup>2</sup> Pérez Priego, M. Á. (ed.) 2007: 188.

junto con su hermano el Infante Don Pedro, de la cultura y política portuguesa de la primera mitad del siglo XV, a saber: la obra original titulada *Memoriale virtutum*, escrita en latín y finalizada en Azoia en el verano de 1422, y la traducción del *De inventione* de Cicerón, comenzada a petición de D. Duarte en 1424 y terminada algunos años después, posiblemente en 1431- 32. Y si la primera de las obras citadas trata de la ética y formación moral, la *Rethórica* de M. Cicerón, pues así se llama la traducción del *De inventione*, viene a completar el marco político del príncipe.

Pero en esta primera legación, no se limitó Alfonso de Cartagena a escribir las obras anteriormente citadas sino que, a petición ahora de su compañero de embajada, Juan Alfonso de Zamora, llevó a cabo la traducción de las obras ciceronianas<sup>3</sup> *De senectute* y *De officiis* y completó el tratado del *De casibus virorum illustrium* de Boccaccio, dejado aparentemente sin terminar por el Canciller Ayala.

Sobre la influencia, o, si se quiere, la huella dejada por Alfonso de Cartagena en el ambiente intelectual de la corte de João I, hay diversidad de opiniones, pues una historiadora como Isabel Beceiro Pita<sup>4</sup> sostiene que

“apenas parecen haber tenido eco en Portugal las versiones de Aristóteles, Cicerón y Séneca realizadas por Alonso de Cartagena, que constituyen el máximo exponente del acceso

<sup>3</sup> Cf. Morrás, María (ed.) 1996: 13- 27.

<sup>4</sup> Beceiro Pita, I. 1999: 221- 235, maxime 232.



de la nobleza castellana a la filosofía clásica y aparecen, de forma reiterada, en las bibliotecas señoriales de la época”,

mientras que otro estudioso, Abdón M. Salazar, en un conocido y muy citado estudio<sup>5</sup> equipara, sin duda de forma exagerada, el papel de Cartagena en Portugal “difundiendo el entusiasmo por la cultura clásica en Lusitania”, con el que ejerció el bizantino Crisolaras en la Italia de comienzos del Cuatrocientos “diseminando el ideal de la paideia griega entre los latinos”.

Ahora bien, ni I. Beceiro Pita ni Abdón M. Salazar han justificado por qué la sabiduría de Alfonso de Cartagena influyó o dejó de influir en la orientación y proyección hacia el Humanismo de la corte portuguesa, tarea que ya en 1925 reclamaba Joaquín de Carvalho<sup>6</sup>, quien refiriéndose a la traducción de la *Rethórica* dedicada a D. Duarte y antes de reproducir parte del Prólogo, afirmaba que “como fonte da cultura da corte de D. Duarte, merecem transcrever-se o prefácio e a introdução do bispo de Burgos, cujas relações com Portugal exigem um estudo especial”.

El estudio especial de las relaciones de Cartagena con la cultura portuguesa no ofrece, como pensaba Abdón M. Salazar, una sola dirección, a saber, la que lleva de Cartagena a los miembros de la casa real y a los intelectuales portugueses, sino también la recíproca, la que parte de estos últimos y alcanza al eminente letrado y jurista castellano.

---

<sup>5</sup> Abdón M. Salazar 1976: 215- 226, maxime 217.

<sup>6</sup> Carvalho, Joaquim de 1925: 114-140, maxime 128- 129.

En efecto, se considera de una gran importancia en la propia orientación cultural de Cartagena el contacto mantenido con un selecto grupo de intelectuales portugueses, que habían estudiado en Bolonia<sup>7</sup>, pues por medio de ellos en el último viaje oficial a Portugal tuvo la oportunidad de conocer varias versiones latinas de textos griegos realizadas por Leonardo Bruni, a saber, los discursos a favor y en contra de Tesifón de Esquines y Demóstenes, respectivamente, y el tratado de San Basilio sobre la lectura de los libros de los gentiles, hecho que el propio Cartagena nos relata en el prólogo de su *Liber* en la famosa *Controversia* con el propio Bruni<sup>8</sup>.

Si, como bien ha señalado Adeline Rucquoi<sup>9</sup>, la imagen que se desprende de obras como el *Memoriale virtutum* y la *Rethórica* “montre les castillans comme les maîtres...de jeunes princes portugais dont les talents dans ces domaines ont frappé leurs interlocuteurs”, no es menos cierto que “ces ‘maîtres’ castillans ont souvent a leur tour appris du Portugal et des Portugais”, por lo

---

<sup>7</sup> Cf. Costa, A. D. de Sousa 1990: 559- 658; Rau, V. 1969: 185-206; Idem 1973: 7-28; Bettini, C. 2008: 205- 226. La profesora Nair de Nazaré Castro Soares, en un importante estudio titulado (2002), “O Infante D. Pedro e a cultura portuguesa”, *Biblos* 78: 107-128 [maxime 112], afirma que fue de gran significado en la definición de los ideales culturales “a influência directa da Itália em Portugal, pelo menos a partir do início do século XIV. Conhecida é a presença de letrados portugueses em Itália entre 1350 e 1450 e o papel desempenhado pelo abade D. Gomes, geral da ordem camaldulense e núncio e visitador apostólico dos mosteiros de Portugal, figura de grande prestígio em Florença”.

<sup>8</sup> Cf. T. González Rolán, T. - Moreno Hernández, A. - Saquero Suárez- Somonte, P., 2000: 194- 205.

<sup>9</sup> Rucquoi, A. 2003: 39- 51, maxime 43.

que a su parecer, que compartimos, “il y a donc une sorte d’égalité dans l’échange”.

Respecto a la opinión de I. Beceiro Pita de que apenas parecen haber tenido eco en Portugal las versiones de Aristóteles, Cicerón y Séneca realizadas por Alfonso de Cartagena, ya hemos adelantado que nos parece que no ha sido debidamente justificada, lo que ocurriría si hubiese hecho un detenido cotejo de dichas versiones con distintas obras, bien de los príncipes D. Duarte y D. Pedro, bien de otros intelectuales o literatos portugueses.

Pero antes de abordar este cotejo, el estudio de las relaciones de Cartagena con la cultura portuguesa exige un conocimiento textual y filológicamente exacto de las obras dedicadas a Don Duarte o al menos de los interesantísimos prólogos tanto de la versión original latina, todavía inédita, del *Memoriale virtutum*, que se nos ha transmitido por medio de cinco testimonios manuscritos<sup>10</sup>, como de la *Rethórica*, editado con demasiados errores de transcripción por el gran filólogo español Marcelino Menéndez Pelayo<sup>11</sup> o con significativos defectos por Rosalba Mascagna<sup>12</sup>, razón por la que como apéndice del presente trabajo incluimos una nueva edición de este interesantísimo texto reproduciendo con exactitud<sup>13</sup> los folios 1<sup>r</sup>- 5<sup>r</sup> del

---

<sup>10</sup> Cf. Campos Souto, M. 2004: 149- 156.

<sup>11</sup> Menéndez Pelayo, M. 1962: 307- 313.

<sup>12</sup> Mascagna, Rosalba 1969.

<sup>13</sup> Respetamos las particularidades ortográficas y lingüísticas del manuscrito escurialense, si bien hemos introducido algunas regularizaciones de acuerdo con los usos actuales del castellano en

manuscrito de El Escorial T.II.12, único testimonio que se nos ha conservado de la versión castellana del *De inventione* ciceroniano realizada por Alfonso de Cartagena a petición del infante Don Duarte.

Una vez establecidos los textos de estas dos obras, el siguiente paso sería comprobar en qué medida han podido influir en la composición del *Leal Conselheiro*, obra original del propio dedicatorio, Don Duarte, ahora rey de Portugal.

Por lo que se refiere al tratado latino sobre las virtudes, el propio Don Duarte en el capítulo L de su mencionada obra<sup>14</sup> cita una serie de libros que él ha leído, obran en su poder y han sido tenidos en cuenta a la hora de escribir sobre la prudencia, justicia, templanza y fortaleza, y entre ellos se encuentra el “Memorial das Virtudes que das Heticas d’Aristotilles me ordenau o adayam de Sanctiago”, es decir, el *Memoriale virtutum*, primera de las obras escritas por Cartagena en dos libros, cuyos prólogos y epílogo están dedicados al Infante portugués.

El alcance de la presencia del *Memoriale* en el *Leal Conselheiro* no debió ser pequeño, si hacemos caso de lo que nos dice Abdón M. Salazar<sup>15</sup>

---

lo que se refiere al uso de mayúsculas y minúsculas, a la separación de palabras y al uso de acentos. Sólo en unos pocos casos hemos introducido conjeturas para remediar pequeños errores del copista o para completar términos desaparecidos o que se leen con dificultad a causa de pequeños deterioros producidos en el cuerpo del texto.

<sup>14</sup> Citamos por la edición clásica de Joseph M. Piel 1942: 207-208; cf. también la edición más moderna de Castro, María Helena Lopes de 1999: 200.

<sup>15</sup> Salazar 1976: 223.

“Compuesto, sin embargo, en diversas épocas de su vida el *Leal Conselheiro*, dedicado a la reina Leonor de Aragón, debe mucho, en todo caso, a Cartagena y a sus contertulios este amasijo interesante pero heterogéneo...Y dado el objeto específico intentado por el Infante, el estudio de los matices morales anejos al ejercicio de la lealtad, teniendo en cuenta las funciones de las facultades, y las de la voluntad en especial, está claro que el *Memoriale virtutum* iba a servirle como anillo al dedo para los 98 capítulos de la Parte I”.

No es el momento para afirmar o negar el aserto de Abdón M. Salazar, cuestión que abordaremos junto con la edición crítica y análisis de los dos prólogos y epílogo del *Memoriale* dedicados a D. Duarte. Lo que nos interesa ahora es detenernos en la obra de *Rethórica* ciceroniana, traducida por encargo de D. Duarte y cuyo prólogo le fue brindado.

Así como se cita el *Memoriale virtutum*, como hemos indicado anteriormente, no hay mención alguna en el *Leal Conselheiro* ni del *De inventione* ni de la traducción de Alfonso de Cartagena. Con todo, es posible descubrir puntos en común y evidentes coincidencias entre las ideas sobre la traducción apuntadas en el prólogo y los cinco “avysamentos” para traducir bien del latín al romance portugués (“lynguagem”) que aparecen descritos en el capítulo XCIX del *Leal Conselheiro*.

Respecto a Cartagena, si se analiza en profundidad su labor como traductor de Cicerón primero y más tarde de Séneca, como teórico de la traducción en su

*Liber* o *Tratado* contra Leonardo Bruni<sup>16</sup>, así como sus reflexiones en algunos prólogos, entre los que destacamos el de la *Rethórica* ofrecido a D. Duarte, se nos presenta como uno de los más antiguos precursores hispanos de la moderna teoría de la traducción, al plantear el problema de ésta como actividad diferenciada según el tipo de textos de que se trate.

Pero Alfonso de Cartagena no se contenta con marcar la línea divisoria que separa la traducción técnica de la literaria, sino que va mucho más allá del análisis onomasiológico de las traducciones para adentrarse en un serio y profundo examen semasiológico de los términos pertenecientes a los lenguajes literario y científico-técnico.

En efecto, así como en la lengua de partida los términos utilizados en los textos literarios y científicos son semánticamente distintos, en el primer caso caracterizados por ser polisémicos y sinónimos de muchos otros de la lengua, en el segundo por todo lo contrario, es decir, por mantener una relación biunívoca y exclusiva con el concepto señalado, Cartagena, piensa, y en este sentido se nos presenta como un estudioso de una extraordinaria penetración, que la traducción literaria puede servirse de términos polisémicos y sinonímicos de la lengua de llegada, lo que no es posible al traductor de textos científicos, pues habrá de usar *verba restricta et propriissima*, es decir, palabras caracterizadas por su exactitud, concisión y biunivocidad entre la forma y el contenido, y si la lengua de llegada carece de

---

<sup>16</sup> Cf. González Rolán et alli 2000: 117- 140.

portuguesa de *Li fet des Romains*, oferecida antes de 1466 pela duquesa Isabel a seu sobrinho, o Condestável D. Pedro, pretendente ao trono de Aragão<sup>12</sup>. Esta obra é uma exposição coerente da história de César, colhida em várias fontes, entre as quais se contam autores clássicos, tais como Suetónio, Salústio, Júlio César, Lucano<sup>13</sup>. Não sem razão se legitima o conhecido gosto do príncipe herdeiro desta corte, Carlos o Temerário, pelas obras históricas.

Mas é sobretudo o contacto directo de D. Pedro, o Infante das Sete Partidas, com a cultura europeia, e designadamente com o humanismo italiano, que permitiu o desabrochar dos ideais humanistas, em Portugal. Nas suas viagens pela Europa (1424-1428) – Inglaterra, Flandres, Hungria, Itália (Veneza, Pádua, Florença e Roma) – o Infante D. Pedro relaciona-se com humanistas italianos, como Pier Paolo Vergerio (1370-1444), que conheceu na corte de Segismundo da Hungria, autor de uma obra ‘Sobre os nobres costumes e os estudos liberais da juventude’, o *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae* (1402), o primeiro tratado pedagógico, na verdadeira acepção da palavra, quer pelo teor prático da sua doutrina, quer pela real divulgação que conheceu em toda a Europa. A partir deste tratado de Vergerio, impunham-se como cartilha a obra de Cícero, no seu sincretismo, fazia a síntese

---

<sup>12</sup> É esta a opinião de Mateus, M. Helena (1971), *Vida e feitos de Júlio César*, ed. crítica da tradução portuguesa quatrocentista de *Le fet des Romains*. Lisboa.

<sup>13</sup> Vide Monfrin 1972: 152-154.

do pensamento retórico e filosófico da Antiguidade grega, a *Institutio oratoria* de Quintiliano e o *De liberis educandis* de Plutarco, obras que se tornaram verdadeiro *Vademecum* da pedagogia humanista, em moldes modernos.

Traduz a obra de Vergério, a pedido do Infante D. Pedro, Vasco Fernandes de Lucena, o infatigável humanista ao serviço dos ideais pedagógicos e cívicos dos príncipes de Avis, que verte “em lingoagem” os tratados de Cícero e o *Panegírico* de Trajano de Plínio-o-Moço, que difundem o ideal do orador e de estadista<sup>14</sup>.

Ao rei D. Duarte dedica Alonso de Cartagena, futuro Bispo de Burgos, um *Memoriale uirtutum*, baseado na *Ética* de Aristóteles e a tradução do primeiro livro do *De inuentione* do Arpinate, indício seguro dos gostos e ideais retóricos da corte portuguesa<sup>15</sup>.

Indício seguro das preocupações de um país de aspiração ultramarina, apostado em acertar o passo com os grandes centros culturais europeus, é o afã de tradutores de obras clássicas, especialmente Cícero – ao Infante D. Pedro se deve a primeira tradução para

---

<sup>14</sup> A tradução de Vergerio de Vasco Fernandes de Lucena, hoje perdida, figurava ainda entre os livros da biblioteca de D. João V e conheceu a maior divulgação nos séculos XV e XVI, a ajuizar pelas centenas de manuscritos e pelas mais de trinta edições incunabulares.

<sup>15</sup> Entre 1421 e 1431, encontra-se em Portugal, em missão diplomática, Alonso de Cartagena, futuro Bispo de Burgos, tradutor de Cícero e Séneca. Sobre D. Alonso de Cartagena, considerado um dos primeiros representantes do primeiro humanismo castelhano, vide o estudo inserto, neste volume, de Tomás González Rolán, “Proyección política y pedagógica del Prólogo a la Rethórica de Cicerón dedicado por Alfonso de Cartagena al Infante D. Duarte”.



português, o *De officiis*, testamento moral do Arpinate – e também de Séneca, de tratados de arte militar, de panegíricos imperiais. Apesar de os príncipes de Avis protegerem a cultura literária e escreverem eles próprios obras de formação cavaleiresca ou de reflexão filosófica, de divulgarem os clássicos latinos, de promoverem a reestruturação das instituições e de darem incremento à política da expansão oceânica, não se poder falar, nesta época, senão de proto-humanismo, mais ideológico do que filológico. O que não impede de se reconhecer o notável contributo que deram ao humanismo filológico, que alvorecia, e à Língua Portuguesa, o Infante D. Pedro, o Rei D. Duarte e o historiador ao serviço de ambos, Fernão Lopes.

A historiografia, a par das traduções da produção histórica da Antiguidade clássica, é um dos géneros que vai conhecer grande fortuna, nos alvares do Renascimento, ligada à exaltação das grandes casas e famílias principescas e seus actuais representantes. Exemplo expressivo é a corte de Afonso, o Magnânimo: ao reconhecer o importante papel da história, como disciplina de grande utilidade didáctica e sobretudo como verdadeiro manancial de *exempla* que fornece uma variedade de ensinamentos quer a nível pessoal quer político, acolhe humanistas famosos que escrevem a sua história e a divulgam na universal língua latina. Muitas são as obras históricas que glorificam a dinastia aragonesa de Nápoles: o *De Dictis et factis Alphonsi regis* e o *Liber rerum gestarum Ferdinandi regis*, ambos da autoria de Antonio Beccadelli, Panormita, o *De rebus gestis ab Alphonso primo neapolitanorum rege* de

Bartolomeo Facio e o *Compendio della storia del regno di Napoli* de Pandolfo Collenuccio<sup>16</sup>.

Afirma-se também entre nós, além do interesse pelos romances de cavalaria e pelos tratados de educação de príncipes, um vincado gosto pela produção historiográfica destinada a relatar as proezas cavaleirescas e os feitos heróicos dos grandes senhores, em que as acções de figuras individuais servem de paradigma e exemplo – e de obras históricas orientadas no sentido da apologia real<sup>17</sup>.

Fernão Lopes é mesmo o exemplo perfeito do historiador preocupado com a verdade dos factos, conciliada com o engrandecimento da dinastia de Avis e dos seus príncipes, ao serviço de quem põe o seu labor.

Não é de estranhar que surja da sua pena, na *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, a definição ciceroniana de história: «a estoria ha de seer luz da uerdade e testemunha dos antigos tempos», expressão que traduz a ciceroniana (*De oratore* 3. 9. 36), *Historia testis temporum, lux ueritatis*<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Vide Cochrane 1981: XVI e 3-159; Soares 2003: 9-32.

<sup>17</sup> Lembro, de Fernão Lopes, as Crónicas de *D. Pedro*, *D. Fernando* e *D. João I*; de Zurara, a *Crónica da tomada de Ceuta* e a *Crónica dos feitos da Guiné*, um verdadeiro panegírico da figura do Infante D. Henrique, caracterizado pelos seus dotes intelectuais e rodeado de sábios; de Rui de Pina, as Crónicas de *D. Duarte*, *D. Afonso V* e *D. João II*. Destinadas a relatar as proezas cavaleirescas e os feitos heróicos dos grandes senhores são a *Crónica do Condestabre*, que o Mestre João Fernandes traduziu para latim, a *Crónica do Infante D. Fernando*, de Frei João Álvares, e as Crónicas de *D. Pedro de Meneses* e de *D. Duarte de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara.

<sup>18</sup> Fernão Lopes (1968), *Crónica del Rei dom João I*. Lisboa: 83 (II parte, cap. 37).

Sem pretender considerar Fernão Lopes um historiador humanista, enquadrado que está ainda na mundividência medieval, manifestam-se já na sua prosa narrativa, na sua arte de escrever, certas particularidades que anunciam uma fina sensibilidade para certos motivos e valores, que vão informar o discurso humanista. A técnica narrativa, em que o gosto do pormenor fornece uma pintura fiel da realidade da época e dos seus heróis, caracterizados em acção, tem as suas raízes últimas em Tucídides, muito embora Fernão Lopes a tenha colhido muito provavelmente na literatura novelística, que privilegiava a vivacidade e intensidade dramáticas e valorizava o discurso oral<sup>19</sup>. Este processo narrativo, que faculta a observação das atitudes e comportamentos das personagens<sup>20</sup>, permite transmitir uma lição implícita nos próprios acontecimentos, uma das funções primordiais da história antiga no humanismo renascentista.

A preocupação formal, que caracteriza os autores do Renascimento, já se prenuncia em Fernão Lopes, a ajuizarmos pelo prólogo que abre *a Crónica del Rei dom João I*, onde previne os seus leitores que não busquem «fremosura e novidade de pallavras» pois «nos», afirmava, «leixados os compostos e afeitados rrazoamentos, que muito deleitom aquelles que ouvem, antepoemos a simprez verdade, que a afremosemtada falssidade»<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Atkinson 1962: 3-24.

<sup>20</sup> Quando o autor dá a palavra às personagens do mundo por ele narrativizado, adopta a forma “mais mimética” do discurso, no dizer de Genette 1979: 170.

<sup>21</sup> Fernão Lopes (1977), *Crónica del Rei dom João I*. Lisboa: 2 (I parte).

Própria da mentalidade humanista, e dentro de postulados que pertencem à tradição clássica, é a definição de história em termos estéticos, a valorização da forma e do estilo na arte de narrar, indissociável da preocupação da verdade, que não deve, contudo, sobrepôr-se à exemplaridade dos feitos, seu principal objectivo.

De facto, uma nítida evolução se vai fazer sentir na arte de escrever história<sup>22</sup>, condicionada sobretudo pelas novas exigências impostas pela realidade portuguesa e pela progressiva assimilação dos modelos clássicos. Manifestam-se então, entre os humanistas, preocupações literárias, no que respeita à obra histórica, definida por Cícero como *opus oratorium* (*De legibus* 1. 5)<sup>23</sup>.

João de Barros, no prólogo da sua *Década III*, pronuncia-se sobre a importância da forma e do estilo na arte de narrar, nestes termos: «tem tanto poder a força da eloquência, que mais doce, e accepta he na orelha, e no animo huma fabula composta com decoro, que lhe convem, que huma verdade sem ordem, e sem ornato, que he a forma natural della»<sup>24</sup>.

Mas é a Damião de Góis, no “Prólogo” da sua *Chronica do Príncipe Dom Joam*, que se deve a definição humanista do estilo histórico:

---

<sup>22</sup> Vide Macedo 1982: 55-243.

<sup>23</sup> Sobre o estilo requerido para a história, vide as considerações feitas por Cícero em *Orator*, 42; 66; 124.

<sup>24</sup> Vide João de Barros (1973), *Décadas da Ásia*, edição anastática da de Lisboa (1777) Na Regia Officina Typografica: prólogo, sem numeração de páginas.

«& muito mais se tratta de feitos de Reis, & grandes senhores, porque nestes se requiere alto stylo descrever, grãde ornamento de lingoagem, sutil & discreto artifiço rhetorico» É que, prossegue: «ha história tem em si tâta magestade, que nella se nam pode sofrer palaura nenhua que no lugar em que se põe nam traga consigo grauidade, honestidade & autoridade, às quaes leis & jugo a que ho stylo histórico está sujeito, & de que cõ razam nam pode sair»<sup>25</sup>.

Além da definição de história em termos estéticos, uma outra componente se afirma. A concepção valorativa e paradigmática da história, sintetizada de forma eloquente no tão glosado passo do *De oratore* (2. 9) ciceroniano e abordada no prefácio de *Ab urbe condita* de Tito Lívio<sup>26</sup>, caminha de par com a preocupação da verdade, desde os primórdios da historiografia portuguesa.

A concepção da história como escola de virtudes, presente já na *Crónica do Condestabre*, em Fernão Lopes,

---

<sup>25</sup> Damiam de Goes (1905), *Chronica do Príncipe Dom Ioam* por Damiam de Goes. Coimbra: 1. Tece também considerações desta natureza, em Damião de Góis (1944 e 1954), *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel* 2 vols. Coimbra: 105 (vol. II, Parte IV, cap. 38). Pronuncia-se ainda este humanista sobre a arte de escrever história e o “ofício” do historiador, na *Vrbis Olisiponis descriptio* Raúl Machado ed. (1937). Lisboa: 15-16: para que a história seja “imparcial e completa”, quem se dedique a escrevê-la necessita de estar liberto de outras ocupações, para ter paz de espírito, e necessita ainda do favor e auxílio dos Príncipes, que premeiem o seu trabalho e a sua arte.

<sup>26</sup> Neste prefácio, Tito Lívio apresenta a sua história, *Ab urbe condita*, como uma obra concebida com arte literária, com um alcance moral e nacional.

em Azurara e Rui de Pina<sup>27</sup> tem o seu representante máximo, no humanismo renascentista, na historiografia de João de Barros<sup>28</sup>. É sobretudo no prólogo da Década III que o historiador moralista, para quem «a Historia he hum espertador do entendimento», revela os seus propósitos e métodos.

Serve-se dos autores clássicos e dos modernos, tais como Paulo Jóvio e António de Nebrija, para explicitar o seu conceito de história e a arte de a escrever. A preocupação da verdade não deve sobrepôr-se à exemplaridade dos feitos, seu principal objectivo. Não quer isto dizer que a obra de João de Barros falseie a verdade, ou que nela não se formulem críticas, mas apenas que a sua atitude epistemológica na seriação e apresentação dos factos é tipicamente humanista, com

---

<sup>27</sup> Vide *Chronica do Condestable de Portugal Dom Nuno de Álvares Pereira*, Remédios ed. (1911): 1; Lopes, Fernão (1977 e 1968), *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, I parte (1977), cap. 164: 309 e II parte (1968), cap. 98: 211-212; Gomes Eanes de Zurara (1915), *Crónica da Tomada de Ceuta*, Esteves Pereira ed. Coimbra, cap. 38: 117; Fr. João Álvares (1960) *Trautado da vida e feitos do muito venturoso S.<sup>or</sup> Infante D. Fernando*, Adelino de Almeida Calado. ed. Coimbra.: 4; Rui de Pina (1977), *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cap. XV, in *Crónicas*, M. Lopes de Almeida ed.: 522.

<sup>28</sup> Estas são palavras de João de Barros, no *Prólogo* da Década III: «E como a Historia he hum agro, e campo, onde está semeada toda a doutrina Divina, Moral, Racional, e Instrumental, quem pastar o seu fruto, convertello-ha em forças de entendimento, e memoria para uso de justa, e perfeita vida». Não é de estranhar, por isso, que, na obra de Barros, tenham colhido matéria Giovanni Botero, para a sua colectânea de *Apostegmas* e Fernando Alvia de Castro para os seus *Aphorismos y exemplos politicos e militares*, tão ao gosto da sensibilidade de finais do séc. XVI, inícios do XVII.

raízes em Petrarca e Lorenzo Valla, que subordinam a cultura à moral<sup>29</sup>.

Esta ênfase, posta por Barros, no modelo paradigmático da história, cede lugar, em outros autores, ao papel que nela assume a expressão da verdade. Segundo Damião de Góis, «ho mais substancial que no screuer das Chronicas se requiere», «hé com uerdade dar a cada hum ho louuor ou reprehensam que mereçe»<sup>30</sup>. Perfilham a ideia de Góis outros historiadores da gesta lusitana contemporânea, tais como, Fernão Lopes de Castanheda, Diogo de Couto, Gaspar Correia, que tiveram, como ele, as suas obras embargadas e alvo de censura. Apesar disso, o enaltecimento da figura do rei e seus cometimentos torna-se uma constante da historiografia portuguesa desta época, que era essencialmente nacional e dinástica e atribuía a maior importância aos triunfos militares e à coragem de um povo nas remotas paragens onde se estendia o império.

Na sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, Castanheda, por exemplo, dirige os prólogos antepostos aos livros I a IV aos soberanos e príncipes da casa real “pera quem parece que em especial se fez a história”<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Petrarca (1929), *De sui ipsius et multorum ignorantia* (1367), trad. de J. Bertrand. Paris: 60-65 e 85; L. Valla (1543), *Dialecticae disputationes*, I, 10, Basileae: 664.

<sup>30</sup> Prólogo da *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, 2 vols. Coimbra, vol. I : 2.

<sup>31</sup> Vide o Prólogo do Livro I, dirigido ao rei D. João III: Castanheda, Fernão Lopes de (1979) *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (livros I-IV). M. Lopes de Almeida ed. Porto: 3.

Já Rui de Pina, no prólogo que antecede a sua crónica do rei D. Duarte se pronuncia em termos semelhantes<sup>32</sup>. Aliás, esta ideia surge a cada passo, quer nos prólogos, quer nas dedicatórias de traduções de obras históricas, de autores antigos ou contemporâneos. É o caso da *Histoire de Portugal* de Simon Goulard, que é, nos primeiros doze livros, a tradução do *De rebus Emmanuelis gestis* de D. Jerónimo Osório e, nos oito restantes, uma tradução da *História* de Castanheda. Nas palavras que a introduzem, Simon Goulard esforça-se por demonstrar que a história de Portugal, agora apresentada a público, favorece o amor pela virtude, o ódio do vício, aprofunda o conhecimento do homem e dá lições de prudência política e militar. Se assim não fosse, de nada lhe valeria tê-la traduzido<sup>33</sup>.

Numa época em que o regalismo se começava a afirmar, por influência do direito romano, e abria caminho à teoria da soberania de estado, formulada por Jean Bodin, nos seus *Six livres de la republique*, o posicionamento doutrinário, adoptado pelo enunciador do discurso histórico, propiciava certas relações conceptuais entre a obra histórica e os tratados de parénese e política.

---

<sup>32</sup> Rui de Pina (1977), *Crónicas* M. Lopes de Almeida ed. Porto: 487-488, afirma «a doutrina hystorial, polo grande provimento dos verdadeiros enxemplos passados que consigo teem, he assi doce e conforme a toda a humanidade [...] a invenção e cuidado deste *Officio* d’escrever de huma onestidade, e razam a quaaesquer boós, e vertuosos por seu galardam se possa atribuyr, ainda por huá outra spicialidade d’obligatorios exemplos, e singulares merecimentos, aos Reys, e Principes mais propriamente se deve».

<sup>33</sup> Vide o texto transcrito por Villey 1912: 46-49.



3 – *Fala que Meestre Andree de Reesende fez aa Princepsa Domna Ioanna [...] na entrada da ciidade de Evora* (incluída na obra anterior deste elenco, fols. f vij-viii da edição de 1553, e fol. f vj-vij vº da de 1576);

4 – *Sermam que pregou ho doctor meestre Andree de Resende [...] en o synodo [...] de Evora [...] ho primeiro domingo do mes de Feuereiro M D LXV* (Lisboa, 1565);

5 – *Fala que Meestre Andree de Reesende fez a el rey Dom Sebastiam a primeyra vez que entrou en Euora* (incluída na obra do nº 2 desta lista, Évora, 1576, fols. f viij - g vº);

6 – *Ha sancta vida e religiosa conuersaçam de Frey Pedro [...] Scripta per ho doctor Meestre Andree de Reesende* (Évora, 1570);

7 – *Testamento de André de Resende* (Dezembro de 1573).

Todas estas obras foram publicadas pelo autor, com excepção evidentemente do seu testamento. Mas, deste, existe publicação póstuma a partir do original, que respeita a primitiva ortografia, conforme esclarece o seu editor (Leitão Ferreira 1916: 130-131) e como podemos comprovar pelo confronto com o sistema ortográfico das restantes obras supracitadas.

Por outro lado, conservou-se o autógrafo da Carta a D. João de Castro, cuja primeira página aqui reproduzo no Anexo I.

Existe também um manuscrito autógrafo do pequeno discurso (da “Fala” que ocupa o terceiro lugar da lista anterior, cuja página inicial vai igualmente

aqui reproduzida no Anexo II) pronunciado por Resende em finais de Novembro de 1552 e publicado em apêndice à *História da cidade de Évora* saída a lume em 26 de Outubro de 1553 e em edição póstuma de 1 de Fevereiro de 1576, feita sobre um texto ainda emendado pelo autor, conforme se declara na sua portada: “E agora nesta segunda impressam emendada pelo mesmo autor”.

Fica fora deste elenco de pesquisa a *Vida do Infante Dom Duarte*, escrita em 1567, mas publicada pela primeira vez apenas em 1789, por ordem da Academia das Ciências de Lisboa; em 1842, pela *Revista Literária* (Porto, vol. IX); e em 1963, nas *Obras Portuguesas* de Resende, organizadas por José Pereira Tavares. A ortografia, em todas estas edições, foi modernizada e claramente não respeitou a escrita do texto autógrafo, entretanto desaparecido. Por isso não serve aos objectivos deste estudo.

Vejam os testemunhos dos próprios textos resendianos e comecemos por transcrever alguns extractos da primeira Fala, isto é, da pequena oração de entrada pronunciada em finais de Novembro de 1552 perante a princesa Joana de Áustria, filha de Carlos V, aquando da sua entrada em Portugal como noiva do príncipe D. João, filho de D. João III, e no momento em que ela passava pela cidade de Évora. O humanista André de Resende, um dos oradores mais conceituados da época, assume a missão de lhe dar as boas-vindas em nome da capital alentejana e do seu povo, num discurso breve que contém todos os ingredientes oratórios do protesto de

modéstia pessoal e da exaltação da destinatária, numa grafia sobrecarregada de formas latinizantes<sup>2</sup>:

*Princepsa exlarescida, Princepsa de nos tâto desejada. Se ho immenso & excessiuo plazer que hoje en nos triumpha, per palauras se podesse explicar, mui pouco seria, ho que hos poetas en has cousas arduas & difficiles costumauan, desejar cent boccas, & cent linguas, & hũa voz aceira & incansuel. Qua non è tam leue nem tâ mediocre ho alegre mouimento de tâtos corações, que per tam poucos instrumentos assi facilmente se lexasse declarar. Mas ja que desta parte ha impossibilidade nos tõe desengannado, & de outra, nõ padescer ha qualidade do tempo que com longa oraçã detenha V. A. & impida esta commun alegria, & acceso desejo de vos veer que nem pode tõe silencio, nem soffre dilaçam: reduzindo me a ho que breuissima & summariamente non consente ha razam que lexe de dizer. Princepsa serenissima, esta vossa cijdade [...] en sua origẽe & fundaçam antiquissima, en ha fee catholica & religiã christãa entre todas has de Hispania ou mais antiqua, ou tâto quanto ha que mais, en nobleza de estes regnos ha segunda, & en lealdade, amor & seruiço da real corõa delles sen duuida ha primeira, beisa vossas reaes mãos, & per hũo publico & gẽeral voto, com os animos chãos de tanto contentamento, de quanto ho humano intellecto é capaz, pede a d's omnipotente que vossa vinda a estes regnos seja felicissima. Entrae senhora per hos muros dos vossos, & apousentae vos entre hos vossos, quomo lhes ja entrastes*

---

<sup>2</sup> Servimo-nos do texto impresso, que apresenta algumas pequenas variantes da responsabilidade do autor relativamente ao seu manuscrito autógrafa, ainda existente, que ele reviu e aperfeiçoou para efeitos de publicação. Acerca da prioridade de um sobre o outro, vd. PINHO, 2006: 232-238.

*per hos* corações, que logo *ficaron entreghes* [...] (Vd. Fala à Princesa, 1553: fol. vij-vij vº; e fol. viij).

Os vocábulos em itálico apresentam na sua maioria grafias que, por uma ou outra razão, indiciam uma clara preocupação etimológica latina. É o caso da palavra ‘Princepsa’, que, independentemente da proveniência da sua importação (francesa? ou castelhana?), põe à evidência a forma etimológica latina ‘princeps’ assente no próprio nominativo mediante a simples adjunção do sufixo indicativo do feminino e sem permitir a assimilação da oclusiva -p- por parte da sibilante -s-. É um artifício, ao que parece, da responsabilidade de Resende, mas representa sem dúvida uma motivação etimológica. Isto acontece por quatro vezes nesta “Fala”, e vamos encontrá-lo também na *Vida de Frei Pedro* (fol. a ij - ij vº).

A grafia do vocábulo ‘exclarescida” mostra-nos a dupla curiosidade de apresentar, por um lado, o prefixo latino *ex-*, que deu origem à correspondente forma vernácula *es-* presente em grande número de vocábulos portugueses desde a Idade Média, e, por outro, o conjunto incoativo -sc-, igualmente herdado do latim, que entrou na formação de verbos de tema em *e* (-*scer*), dos quais a maior parte perdeu, desde longa data, o -s- do referido conjunto (dos cerca de 280 verbos dessa formação, apenas perto de 50 conservam hoje a terminação -*scer*). Resende optou por esta grafia em mais de duas dezenas de formas verbais e mesmo de nomes delas derivados. Só na *Vida de Frei Pedro* encontramos

mais de cinquenta passos com os seguintes exemplos: *accontescer*, *admanhescer*, *cognoscer/cognoscidas*, *desaparescer*, *desfallecer / faller / fallido / fallimento*, *exvãescer*, *favorescer*, *merescer*, *offerescer*, *padescer*, *parescer* (mais de vinte cinco vezes), *pretenscer*, *resplandescer*.

Outra opção da ortografia resendiana respeita ao uso persistente de consoantes geminadas, de tradição latina, como se vê pelos exemplos colhidos neste texto: o adjetivo ‘immenso’, que decalca o participio latino *immensus*; ‘bocca’, que assenta directamente no latim *bucca*, mas que já havia reduzido a geminada na sua forma vernácula do séc. XI, e que o humanista agora adopta; ‘desengannado’, baseado no latim vulgar *ingannare*, a partir do latim clássico *gannire*, (latir, ganir; chilrear, grunhir; cochichar; caramunhar); ‘commum’, do latim *communis*; ‘acceso’, refeito a partir do latim *accensus*, participio do verbo *accendere*, cuja forma portuguesa já havia reduzido a geminada pelo menos no séc. XIV, em que aparecem grafias como ‘acesso’ e ‘acezo’; o advérbio ‘summariamente’, assente na raiz do substantivo latino *summa*, que já aparece pelo menos desde os finais do séc. XIV mas com o *-m-* radical reduzido e cuja gemação ressurge no século de Resende. Bem como as geminadas do vocábulo ‘soffre’, recebido do verbo latino *sufferre* (< *sub+ferre*) através da forma deduzida *\*sufferere*; do substantivo ‘intellecto’ (do latim *intellectus*), assumido na língua portuguesa provavelmente antes do séc. XVI, mas que na época de André de Resende já se apresentava correntemente sem geminada, em grafias como ‘inteleito’

ou a moderna ‘intelecto’; o imperativo ‘appoussentae’, já detectável desde o séc. XIII sem geminação (apoussentar, apoussentar e aposentar) e que Resende grafa com a geminada -pp- em consonância com a etimologia latina *ad+pausa*, que deu origem a todo o léxico da mesma raiz; e, enfim, a própria formação aglutinada ‘delles’, que o humanista relaciona naturalmente com o pronome latino *ille*.

Um caso de latinismo não apenas gráfico mas também morfológico é o do adjetivo ‘difficiles’, plural modelado na morfologia do correspondente latino *difficiles*, que passou a ser usado em língua portuguesa no tempo de André de Resende por ele e por outros humanistas amantes da ortografia latinizante. Inclui-se neste caso ‘viles’, plural de ‘vil’, e ‘horribiles’, também usados na *Vida de Frei Pedro* (fol. a iij vº: “hos officios mais baixos, & viles”; fol. b: “offerescendolhe visões horribiles”). À mesma série morfológica pertence, ainda, ‘immobile’ (ib., fol. a viij).<sup>3</sup>

Em matéria de uso de nasais, como se vê no texto acima transcrito, o antiquário eborense mais uma vez se aproxima da etimologia latina em vocábulos como o advérbio ‘non’, usado sistematicamente em toda sua obra quer nesta grafia plena que transcreve o latim *non*, quer na escrita nasalizada ‘nõ’ que se pode presumir corresponder à pronúncia de ambos. O mesmo se pode

---

<sup>3</sup> Serafim da Silva Neto cita, a este propósito, mais uma dezena de plurais deste tipo em outros tantos autores contemporâneos de André de Resende, em obras publicadas entre 1553 e 1594 (SILVA NETO, 1947: 106).

dizer do advérbio ‘tam’, habitualmente escrito à maneira latina; e, ainda, acerca da preposição ‘en’, em vez de ‘em’ por ser graficamente mais próxima da original latina *in*, o que acontece igualmente com a preposição ‘sen’, que surge em toda a obra portuguesa de Resende e cuja grafia aponta, mais directamente do que a sua alternante ‘sem’, para a fonte latina *sine*. Também latinizante parece ser a grafia do vocábulo ‘costumauan’ na sua terminação em -n, que alterna frequentemente com -m e que, em termos gráficos, corresponde melhor do que esta à desinência latina *-nt* da 3ª pessoa do plural das formas verbais.

Um caso de grafia latinizante que envolve elemento nasal e vogais geminadas está também documentado em vários exemplos do extracto acima transcrito. Assim, o substantivo ‘corôa’ retoma a forma arcaica em que a consoante -n- do original latino *corona* conserva os seus vestígios sob a forma de nasalização da vogal antecedente. O mesmo fenómeno se verifica em ‘christãa’, derivado do latim *christiana*; em ‘chêos’, proveniente do adjectivo latino *plenus*; em ‘gêeral’, ‘origêe’, ‘têer’ e ‘têe’, evoluídos a partir das respectivas formas latinas *general(em)*, *origine(m)*, *tenere* e *tenet*.

Fenómeno paralelo a este é o da presença de vogais geminadas que denunciam a consoante latina intervocálica que, por ter esse carácter, ou em associação com ele, teve tendência a sincopar-se na evolução do latim para o português. É o caso dos vocábulos ‘veer’, ‘fee’ e ‘cijdade’, que derivam das respectivas formas latinas *uidere*, *fide(m)* e *ciuitate(m)* e estão bem mais

próximos da sua matriz histórica, do que nas formas ulteriores reduzidas ‘ver’, ‘fé’ e ‘cidade’, que já existiam no tempo de Resende, mas que ele preteriu em favor da grafia etimológica e latinizante.

No mesmo sentido merece reparo a grafia das formas verbais ‘lexe’ e ‘lexasse’, em vez de ‘leixe’ e ‘leixasse’ na sua forma vocalizada, já existente desde o séc. XI. Resende optou pela grafia anterior por ela registar um estágio de evolução mais próximo da etimologia do verbo latino *laxare*; e, como este, também o caso de ‘beisa’, do verbo ‘beisar’, em vez de ‘beijar’ já existente pelo menos desde o séc. XIII, cuja sibilante -s-, em vez de -j-, a coloca foneticamente mais próxima do étimo latino *basiare*.

Como claro latinismo, pelo menos gráfico, deverá ser considerada a grafia de ‘regno’ bem como outros daí derivados existentes na mesma “Fala” a que pertence o texto acima transcrito e nas restantes obras resendianas em vernáculo, como nos vocábulos ‘regnare’ e “regnado”, baseados na raiz latina de *regnum*, em substituição da grafia com a consoante -g- vocalizada (‘reyno’ ou ‘reino’), que já existiam desde o séc. XIII.

No âmbito das consoantes devemos ainda mencionar os dois casos das palavras ‘nobleza’ e ‘plazer’, preferidas pelo nosso humanista às formas ‘nobreza’ e ‘prazer’, embora antigas, por aquelas manterem a sua raiz mais próxima dos respectivos étimos latinos, a saber, o radical de *nobilitas* e de *placere*. E o mesmo se passa com o numeral ‘cent’, em que Resende retoma a raiz latina de *centum*, apesar de existirem as formas



medievais ‘çien’, ‘cem’ e outras.

No que respeita ao uso da aspirada h, excluindo os casos da sua presença sistemática na grafia dos artigos definido e indefinido ho, ha, hos, has, e hũo, hũa, que são de tradição antiga e, como se sabe, nada têm que ver com questões de etimologia, três casos há – ‘triumpha’, ‘catholica’ e ‘christãa’ – em que a sua manutenção aponta evidentemente para a origem latina no primeiro caso e greco-latina nos outros dois.

De notar, ainda, o conjuntivo ‘impida’, forma arcaica que o autor prefere por conservar mais intacto o radical latino do verbo *impedire*; bem como o uso da preposição ‘per’, na sua forma também arcaica e autónoma, isto é, sem se aglutinar nem sequer ao artigo definido (“per hos muros”, “per hos corações”), e igualmente preferida por transcrever a exacta forma da sua origem latina.

Quanto ao topónimo ‘Hispania’, sendo forma assumidamente portuguesa, não deixa de ser um latinismo que aqui designa toda a Península Ibérica. Recordemos que o mesmo André de Resende, em carta de 4 de Maio de 1567, de resposta ao toledano Bartolomeu de Quevedo, lhe lembrava que portugueses e espanhóis eram todos hispanos: “*Hispani omnes sumus*” (Pereira 1988: 130-131).

Finalmente, para terminar a análise da ortografia latinizante do extracto da “Fala à Princesa Dona Joana”, resta-nos referir os vocábulos ‘antigua’, ‘qua’ e ‘quomo’, formas arcaicas de ‘antiga’, ‘ca’ e ‘como’ e cuja grafia mantém o apêndice bilabial -u- da sua etimologia

latina, que os liga graficamente à sua forma original, respectivamente *antiqua*, *quia* e *quomodo*.

Esta mesma preocupação etimológica mantém-se e abrange muito outro vocabulário na *Vida de Frei Pedro* como vamos verificar em alguns extractos do seu texto. O primeiro é colhido do início do Proémio, em que frei André de Resende, aos sessenta e cinco anos de vida, recorda seus tempos de noviço do Mosteiro de São Domingos de Évora, onde pôde conhecer de perto as virtudes do porteiro frei Pedro, e explica como assumiu a missão de escrever a sua biografia:

*Per algũos* padres da *ordẽe*, *persõas* religiosas & *doctas*, fui *per* vezes requerido que *screuesse ho* que sei da virtude & *sanctidade* de Frey Pedro porteiro do *mõesteiro* de *Sanct* Domingos de Euora. Porque, *quomo* eu *en haqlla* casa me criei, alcansey *tẽer delle hũa* particular familiaridade, & com *ipso* muita *experientia* de suas cousas. *Prometti* de *ho* fazer, mas dilatei *ho* muito tempo. [...] Se de este mundo *partijsse sen* me *desobligar* de esta diuida, *per* ventura, & *sen* *per* ventura, *tãbẽe* me *nõ desobligaria* de dar *cõpta* a d's, por escõder *has mercees* de q̃ a *elle* aprouue fazer me participante, & quiça por *ipso hacte* ho presente me dar vida, para *has* publicar. Quero pois có seu fauor & *adjuda*, pagarlhe este deuido tributo [...] (Vd. *Vida de Frei Pedro*, fol. a iij).

Alguns dos vocábulos aqui destacados estão incluídos no texto anterior e foram objecto do respectivo comentário, por isso trataremos aqui apenas dos restantes.

O adjectivo indefinido ‘algũos’, com a vogal

HORÁCIO: 38, 121, 142, 277.  
HUET, Pierre Daniel: 78.  
IJSSELING: 22, 39.  
ÍNDIA: 134, 136, 201.  
ISABEL (Rainha Santa): 250, 251, 255-264, 267-271.  
ISABEL, D. (filha de D. João I): 125.  
ISIDORO, Santo: 32.  
ITÁLIA: 11, 21, 32, 36, 38, 70, 71, 90, 91, 105, 124, 126, 160, 165,  
168, 169, 282, 290.  
JACOB: 231, 233, 243.  
JERÓNIMO DE AZAMBUJA: 219-222, 225-246.  
JERÓNIMO, São: 227.  
JOANA, D. (Princesa): 187, 194, 214.  
JOÃO (Príncipe, filho de D. João III): 187, 205.  
JOÃO I, D. : 49, 52, 53, 54, 67, 69, 79, 124, 125, 129, 130, 133.  
JOÃO II, D. : 32, 48, 129, 279.  
JOÃO III, D. : 34, 134, 136, 140, 187, 205, 209, 220, 229, 238, 242,  
253, 264, 267.  
JOÃO IV, D. : 254.  
JOÃO MANUEL, D. (Bispo de Coimbra): 251, 271.  
JOÃO V, D. : 127.  
JÓVIO, Paulo: 133.  
JUAN II, D. (de Castela): 67, 68, 125.  
JÚLIO (Papa): 172.  
KANT: 21.  
KENNEDY, G.: 29, 30, 41.  
KRISTELLER, P.O.: 29, 30, 41, 95, 114, 120, 150.  
LA FONTAINE: 19.  
LABÃO: 231, 240, 243.  
LAÉRCIO, Diógenes: 120.  
LANCIANI, Giulia: 48.  
LANSON, Gustave: 25, 26, 40.  
LATIM RENASCENTISTA: 9, 10, 12, 29, 151, 284.  
LAURINO, João Marco: 155.  
LAWRENCE, Green: 31, 102, 114.  
LEÃO III (Papa): 167.  
LEÃO, Duarte Nunes de: 196, 210, 212.  
LEEMAN, A.: 21.  
LEMPEREUR: 22, 39.  
LEONARDO BRUNI: 71, 75, 78, 143.  
LEONOR DE ARAGÃO: 74.

LIÃO: 237, 226, 227.  
LISBOA: 147, 205, 207, 220-222, 229, 241, 253, 256, 285, 288, 290.  
LONDRES: 165, 167, 169.  
LONGÈRE, J: 29.  
LONGINO: 36, 136.  
LOPES, Fernão: 47, 52, 54, 128-130, 132, 133, 150.  
LOSA, Manuel: 48.  
LOVAINA: 38, 158, 161, 165, 167, 168, 220, 222.  
LUCANO: 58, 59, 126.  
LUCENA, Vasco de: 89, 125, 127, 138.  
LUCIANO DE SAMÓSATA: 120, 284.  
LUÍS DA HUNGRIA: 173.  
LUIS, António: 282.  
LUTERO: 224, 228.  
MACABEUS: 50, 52.  
MACEDO, Francisco de (Santo Agostinho): 252, 255, 266, 269, 270, 271.  
MACHADO, Barbosa: 220.  
MACHADO, Francisco: 264, 272.  
MACK, Peter: 31, 41.  
MADRID: 253, 290.  
MANASSERO: 23, 39.  
MANUEL, D.: 132, 134, 135, 139, 238, 241, 258.  
MAQUIAVEL: 123, 143, 144.  
MARGOLIN: 157, 177, 179, 180.  
MARIA, D. (Infanta): 140, 282.  
MARQUES, João Francisco: 254, 267, 271.  
MARROU, Henri-Irenée: 19-20.  
MARSELHA: 261.  
MARTIN, J: 29.  
MARTINS MARQUES, A. A.: 220, 227, 239, 244.  
MASCAGNA, Rosalba: 72, 91.  
MATATIAS: 50.  
MATEUS, M. Helena: 126.  
MATOS, Luís de: 222, 244.  
MATTOSO, José: 119, 150.  
McLUHAN: 21.  
MELANCHTON: 112, 228.  
MENÉNDEZ PELAYO, M.: 72, 90.  
MENESES, D. Duarte de: 129.  
MENESES, D. Pedro de : 129.

MENESES, Garcia de: 138.  
MENESES, João Rodrigues de Sá de: 280.  
MENEZES, Francisco de Brito de: 252.  
MESSINA: 112.  
MEYER, Michel: 22, 30.  
MIGHEL DA ARRUDA: 202.  
MONTAIGNE: 19, 145, 146.  
MONTEIRO, Manuel: 252, 255, 257, 259-263, 271.  
MORAIS, Inácio de: 282.  
MORE, Tomás: 167.  
MORENO HÉRNANDEZ: 71, 90.  
MORRÁS, Maria: 69, 90.  
MURET, Marc-Antoine: 24.  
MURPHY, James: 29, 31, 41, 102, 114.  
NÁPOLES: 120, 125, 128.  
NASCIMENTO, Aires: 76, 90.  
NEBRIJA, António de: 35, 123, 133.  
NETO, Serafim da Silva : 185, 191, 212.  
NICOLAU V (Papa): 120.  
NOLHAC: 120, 151.  
NORDEN, E: 29.  
NUNES, Pedro: 147.  
OECOLAMPÁDIO: 164.  
OLBRECHTS-TYTECA: 22.  
OLIVEIRA, Fernando: 123, 204, 213.  
ORDEM DE CRISTO: 52, 53, 54.  
ORDEM DOS TEMPLÁRIOS: 51, 52.  
ORMUZ: 256.  
ORTA, Garcia de: 146, 147.  
OSÓRIO, Jerónimo, D. : 11, 135, 139, 141, 146, 151, 235, 264, 272.  
OURIQUE: 258, 266, 267.  
PACHECO, Diogo: 138.  
PADILLA, Frei Jerónimo: 200.  
PÁDUA: 124, 126, 167, 253, 254.  
PAMACHIO: 85.  
PARATORE, Ettore: 48.  
PARIS: 34, 38, 125, 167.  
PAULO, São: 163.  
PAVIA : 124.  
PEDRO, D. (Infante): 69, 71, 72, 90, 92, 126-129.  
PEREIRA, D. Nun'Álvares: 133.

PEREIRA, Duarte Pacheco: 147.  
PEREIRA, Isáias da Rosa: 224, 244.  
PEREIRA, Virgínia Soares: 194, 213, 217, 234, 245.  
PERELMAN, Chaim: 22, 23, 24, 39, 40.  
PÉREZ PRIEGO, M.: 68, 91.  
PETRARCA: 109, 120-122, 134.  
PICCOLOMINI, Alexandre: 107.  
PICCOLOMINI, Enea Silvio: 107.  
PIMPÃO, Costa: 284.  
PINA, Rui de: 45, 47, 48, 129, 133, 135.  
PÍNDARO: 25.  
PINHEIRO, António: 35.  
PINHO, Sebastião Tavares de: 183, 188, 209, 213, 224, 245.  
PINTO, Fernão Mendes: 146.  
PIRES, Diogo: 11, 282.  
PIRES, Luís: 282.  
PISANO, Mateus de: 49, 53, 138.  
PITA, Isabel Beceiro: 69.  
PITÁGORAS: 163.  
PLATÃO: 21, 144, 163.  
PLUTARCO: 120, 125, 127, 144, 176, 293, 294.  
POESIA: 26, 103, 109, 120, 138, 139, 142, 247, 249, 251, 252, 283, 293.  
POLE, Ricardo : 170.  
POLÍBIO: 120, 143, 144.  
POLÍTICA: 12, 15, 23, 28, 29, 34, 57, 65, 67, 68, 69, 83, 89, 95, 96,  
97, 100, 104, 108, 114, 124, 127, 128, 135, 140, 143, 144, 148,  
149, 151, 157, 219, 222, 247, 263, 269, 279, 286.  
POLIZIANO: 38, 138, 142.  
POMPEU: 124.  
POMPÓNIO MELA: 147.  
PONTANO, Giovanni: 120.  
PORTO: 256, 288.  
PORTUGAL: 11-13, 16, 31-32, 35, 37-38, 52, 54, 67-73, 78-79, 89,  
91-92, 115, 124-127, 133, 135, 139, 141, 145, 149-151, 187,  
204, 213, 220-222, 242, 244-245, 249-52, 254, 258-260, 262,  
265-266, 270-271, 275, 279, 281-285, 290-291.  
PROBATIO: 58, 60.  
PROUST, Marcel: 178.  
PULGAR, Fernando del: 68, 91.  
QUEIRÓS, Eça de: 157.  
QUEVEDO, Bartolomeu de: 194, 213, 234.

QUINTILIANO: 20, 32, 33, 35, 37, 104, 109, 110, 127, 138-139.  
RAGUSA (Dubrovnik): 282.  
RAMALHO, Américo da Costa: 7, 9, 10, 12, 33, 138, 148, 151, 273, 275, 278, 283-286, 288, 289, 290, 292.  
RAMÉE: 24, 105.  
RAMISMO: 24, 26.  
RAU, V.: 71, 91.  
REFORMA: 96, 106, 111, 144, 223, 244.  
REGO, Raul: 220, 245.  
REGRAS, João das: 124.  
REIS, António dos: 252, 255, 257, 259-263, 271.  
RELIGIÃO: 23, 104, 159, 163, 169, 241, 265.  
RENANO, Beato: 170.  
RENASCIMENTO: 11-12, 15, 17, 24, 29, 30-31, 37-38, 93, 95- 97, 101-103, 105- 109, 111, 113, 115, 120, 122, 125, 128, 130, 140, 147, 208, 244, 275, 277, 278, 280-282, 285, 286, 294.  
RÉSCIO, Rogério: 222.  
RESENDE, André de: 5, 11, 35, 123, 168, 183, 185-187, 189-201, 203-210, 213-214, 217, 219, 221-225, 229-233, 235, 237-239, 241, 242, 244, 245, 280, 281.  
RESENDE, André Falcão de: 278, 280.  
RESTAURAÇÃO: 247, 249, 251-253, 255, 257, 265, 271.  
RETÓRICA: 15, 16, 17, 19-41, 58, 60, 80, 93, 95-97, 99, 101-115, 120, 138-139, 140, 147, 150, 152, 158, 174, 179, 230, 253, 269, 270-271, 294.  
REUCHLIN: 168.  
RIÁRIO (Cardeal) : 168.  
RIBEIRO, Aquilino: 282.  
RIBEIRO, Ilídio de Sousa : 253, 271.  
RINCK: 178.  
RINGELBERG, Joachim: 35.  
ROCHA MADAIL: 251, 271.  
RODRIGUES, Luís: 212, 245.  
RODRIGUES, Manuel Augusto: 220, 222, 227, 228, 230, 236, 237, 245.  
ROLÁN, T. González: 65, 71, 75, 90, 127.  
ROMA: 24, 38, 121, 123, 126, 141, 144.  
RUCQUI, Adeline: 71, 91.  
SÁ, Mem de: 282.  
SAGRADA ESCRITURA: 224, 225, 239, 245.  
SALAZAR, Abdón: 70, 73, 74, 91.  
SALÚSTIO: 48, 83, 126, 142.

SALUTATI, Coluccio: 109, 121.  
SALVADOR (Brasil): 256.  
SANCHES, Pedro: 280, 282.  
SANCTES Pagnino O.P. : 226, 235, 237.  
SANDE, Duarte de: 12, 282.  
SANTARÉM: 253.  
SAQUERO SUÁREZ, A: 71, 90.  
SARAIVA, J. Hermano: 63.  
SCHETS, Erasmo (consultor financeiro de Erasmo de Roterdão): 166,  
173.  
SCHETS, Gaspar: 173.  
SEBASTIÃO, D.: 186, 236, 255, 258, 259, 264, 267, 268.  
SEIGEL, J: 30.  
SÉNECA: 58, 59, 69.  
SERVAIS, Rogério: 159, 160, 163.  
SIENA: 124.  
SIGEIA, Luisa: 280.  
SILVA, D. Miguel da: 11, 140.  
SOARES, Nair de Nazaré: 71, 92.  
SÓLON: 163.  
SOMONTE, P.: 71, 90.  
STEINER, George: 78, 92.  
STRUEVER, N: 30.  
STURM, João: 105.  
SUETÓNIO: 121, 126.  
TÁCITO: 48, 121, 144, 145.  
TAINÉ: 25, 26.  
TÄNGER: 45, 46, 58.  
TAVANI, Giuseppe: 48.  
TEIVE, Diogo de: 136, 141, 280.  
TEOLOGIA: 28, 162, 221, 222, 225, 241, 253, 254.  
TÉSIFO: 71, 87.  
TITO LÍVIO: 46, 120, 121, 132, 137, 142, 144.  
TOLENTINO, Nicolau: 19.  
TOURNAI, João Vitrier de: 161.  
TREBIZONDA: 35.  
TRENTO: 220, 228.  
TUBINGEN: 112.  
TUCÍDIDES: 120, 130, 136, 147.  
TYTECA: 22, 23.  
ULLMANN, Walter: 119, 152.



UNIVERSIDADE: 9, 28, 30, 103, 112, 124, 125, 126.  
VALÉRIO MÁXIMO: 121.  
VALLA, Lorenzo: 33, 89, 123, 134, 228.  
VASEU, João: 35.  
VASOLI, C.: 24, 29, 40.  
VENEZA: 126, 167, 169, 253, 254.  
VERDELHO: 21, 39.  
VERGERIO, Pier Paolo: 14, 121, 126, 127.  
VERONA: 121.  
VIANA DO ALENTEJO: 201.  
VIANA DO CASTELO: 236.  
VICENTE, Gil: 12, 278.  
VICENTE, São: 207.  
VICKERS: 107-110, 112, 115.  
VICTOR HUGO: 25, 26.  
VIEIRA, António: 106.  
VIRGÍLIO: 58, 59, 121, 137, 142, 277, 284.  
VISCONTI, Giangaleazzo: 108.  
VIVES, J. L.: 105, 109, 145, 146.  
VOLKMANN, R.: 29.  
WEINBERG, B.: 29, 139, 152.  
XAVIER DE MAISTRE: 178.  
XENOFONTE: 120, 143, 144.  
ZAMORA, Juan Alfonso de: 67, 69, 77.  
ZURARA: 47, 49, 54, 89, 129, 133.  
ZURIQUE: 155.

**COLEÇÃO AUTORES**  
**GREGOS E LATINOS – SÉRIE ENSAIOS**

1. Carmen Soares, José Ribeiro Ferreira e Maria do Céu Fialho: *Ética e Paideia em Plutarco* (Coimbra, CECH, 2008).
2. Joaquim Pinheiro, José Ribeiro Ferreira, Nair Castro Soares, Rita Marnoto: *Caminhos de Plutarco na Europa* (Coimbra, CECH, 2011). 2ª edição, revista e com um novo estudo.
3. Cláudia Teixeira, Delfim F. Leão and Paulo Sérgio Ferreira: *The Satyricon of Petronius: Genre, Wandering and Style* (Coimbra, CECH, 2008).
4. Teresa Carvalho, Carlos A. Martins de Jesus: *Fragments de um Fascínio. Sete ensaios sobre a poesia de José Jorge Letria* (Coimbra, CECH, 2009).
5. Delfim Ferreira Leão, José Ribeiro Ferreira e Maria do Céu Fialho: *Cidadania e Paideia na Grécia Antiga* (Coimbra, CECH, 2010).
6. Maria de Fátima Silva and Susana Hora Marques: *Tragic Heroines on Ancient and Modern Stage* (Coimbra, CECH, 2010).
7. Ália Rosa Rodrigues, Carlos A. Martins de Jesus, Rodolfo Lopes: *Intervenientes, Discussão e Entretenimento, No Banquete de Plutarco* (Coimbra, CECH, 2010).

8. Luísa de Nazaré Ferreira, Paulo Simões Rodrigues e Nuno Simões Rodrigues: *Plutarco e as Artes. Pintura, Cinema e Artes Decorativas* (Coimbra, CECH, 2010).
9. Nair Castro Soares, Margarida Miranda, Carlota Miranda Urbano (Coord.): *Homo eloquens homo politicus. A retórica e a construção da cidade na Idade Média e no Renascimento* (Coimbra, CECH, 2011).

IMPRESSÃO:  
SIMÕES & LINHARES, LDA.  
AV. FERNANDO NAMORA, N.º 83 - LOJA 4  
3000 COIMBRA